



Miséria em Queda:

Mensuração, Monitoramento e Metas

Coordenação: Marcelo Neri, mcneri@fgv.br

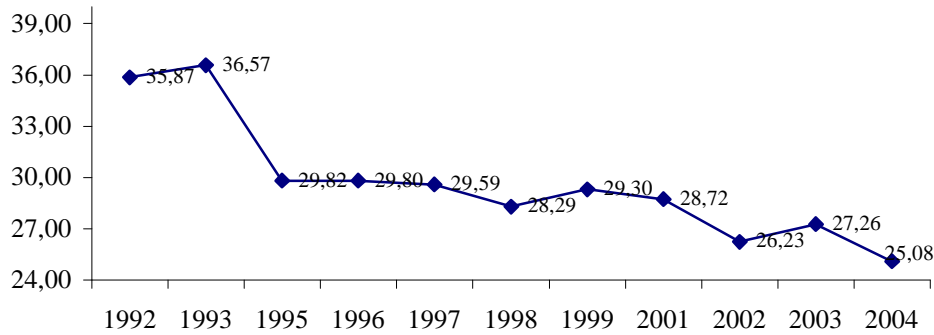
Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV

www.fgv.br/cps

A Fundação Getúlio Vargas (CPS/IBRE/FGV) foi a primeira instituição a mostrar que a miséria enquanto insuficiência de renda aumentou em 2003. Agora uma nova pesquisa demonstra em primeira mão, uma queda substantiva da pobreza, movida por crescimento e, em particular, por redistribuição de renda em 2004. A proporção de pessoas abaixo da linha de miséria passou de 27,26% em 2003 para 25,08% em 2004 atingindo agora o nível mais baixo da série desde o lançamento da nova PNAD em 1992 quando era de 35,87%. Esse número é obtido a partir de uma linha de miséria correspondente a R\$ 115 mensais¹. Trata-se do primeiro estudo divulgado sobre a pobreza brasileira baseada em renda utilizando os microdados da recém-lançada Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2004 (PNAD/IBGE).

¹ Expressos a preços da data da PNAD de 2004 da Grande São Paulo, ajustado por diferenças de custo de vida regionais e com base numa cesta de alimentos que garante o consumo diário de 2.288 calorias, nível recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Vide a metodologia de cálculo no apêndice.

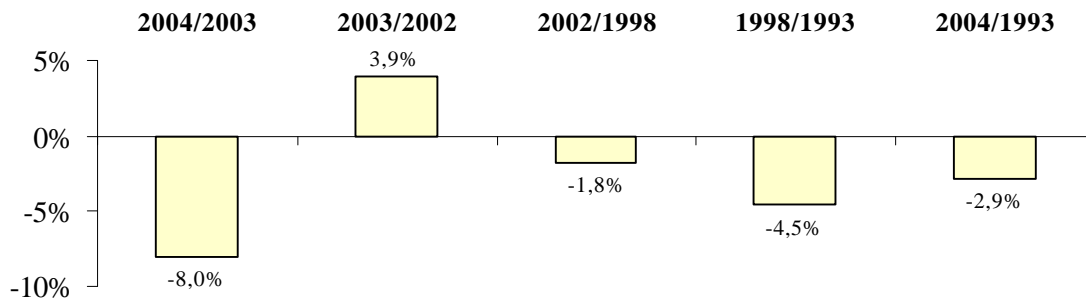
Miséria - Brasil - %



Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

A taxa de variação anual de miséria captada em 2004 (-8%) quando comparada a períodos selecionados é superior àquela observada no período todo de 1993 a 2004 (-2,9%) e mesmo em relação aos períodos aproximadamente correspondentes ao primeiro e ao segundo mandato de Fernando Henrique, isto é -4,5%, de 1993-98 e -1,8% de 1998 a 2002. Quando adicionamos à análise o primeiro ano do governo Lula de 2003 quando a miséria subiu 3,9% a taxa média de redução de miséria foi de 2,2% portanto inferior a do primeiro mandato de FHC (-4,5%) mas um pouco superior a do segundo mandato (-1,8%) de FHC.

Varição Anual da Miséria - Brazil



A análise dos movimentos da miséria em 2004 nos domínios metropolitano (-8,28%), demais áreas urbanas (-8,17%) e rural (-6,53%), notamos uma queda relativa de miséria me-

nos pronunciada nas áreas rurais invertendo as tendências observadas nos últimos anos que serão analisadas na seção seguinte.

Trabalhamos aqui com distribuição de renda no sentido estatístico, incluindo tanto mudanças na desigualdade como no crescimento da renda domiciliar per capita. A análise dos determinantes agregados da pobreza expressos nesses termos revela que 1/3 do movimento de queda da miséria se deveu ao efeito-crescimento – ou seja líquido do crescimento populacional - de 2,8%, e os 2/3 restantes da queda é resultante da redução da desigualdade de renda aqui representada pela redução do índice de Gini de 0,585 para 0,573. Esta dominância do aspecto redistributivo é evento raro no histórico das séries sociais brasileiras. A redução da desigualdade de renda domiciliar per capita ocorrida é aproximadamente equivalente àquela acumulada no período de 2001 a 2003 quando passou de 0,596 para 0,585. Ou seja, no último ano o ritmo de desconcentração de renda foi duplicado em relação ao biênio anterior que já era atípico frente ao histórico das séries brasileiras.

Distribuição de Renda Domiciliar Per Capita

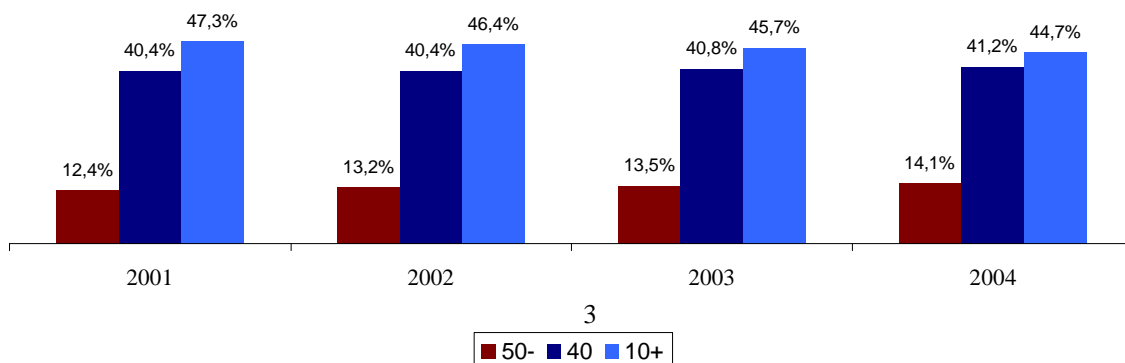
Part(%)

	Total	50-	40	10+
1990	100,0%	11,5%	40,5%	48,0%
1993	100,0%	12,1%	39,5%	48,4%
1996	100,0%	11,9%	40,9%	47,2%
1999	100,0%	12,6%	40,7%	46,7%
2001	100,0%	12,4%	40,4%	47,3%
2002	100,0%	13,2%	40,4%	46,4%
2003	100,0%	13,5%	40,8%	45,7%
2004	100,0%	14,1%	41,2%	44,7%

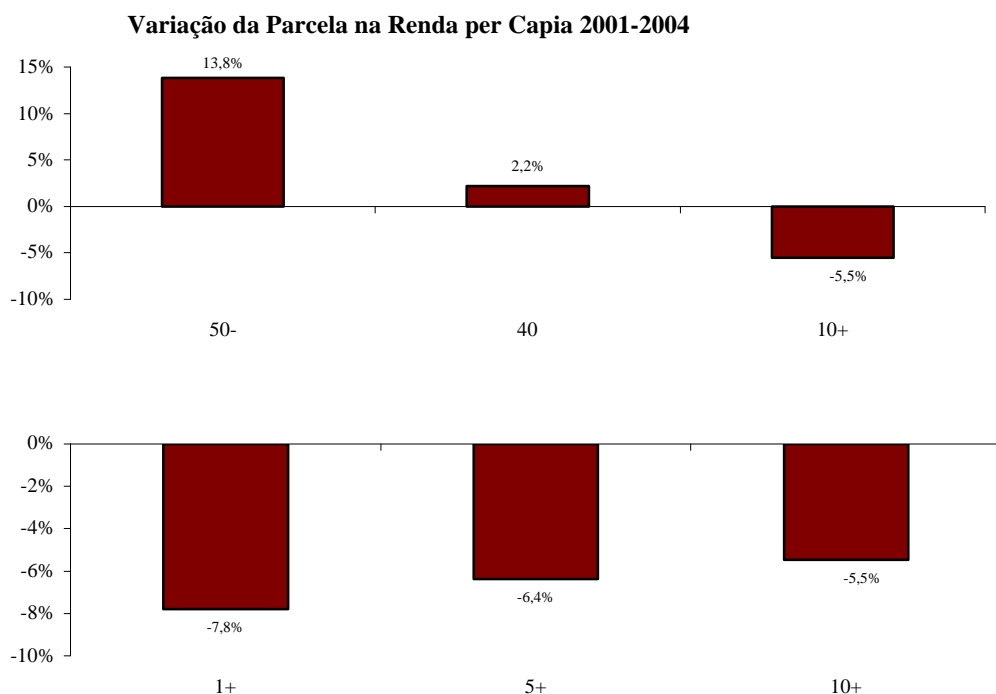
Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

A internacionalmente famosa desigualdade inercial brasileira que ficou mais ou menos estagnada na década passada, justificando seu nome, mas passa a dar sinais de queda consistente desde o começo do milênio. A parcela dos 10% mais pobres sobe de 12,4% para 14,1%. Já a fatia dos 50% mais ricos cai de 47,3% para 44,7%. Vejamos a variação em

Distribuição de Renda Domiciliar Per Capita



vários trechos da distribuição, inclusive o topo.



Centrando agora no último ano: o gráfico demonstra que a parcela dos 10% mais ricos na renda cai 1 ponto de porcentagem de 45,7% em 2003 para 44,7% em 2004. A parcela dos 50% menores da renda sobe 0,6 ponto de porcentagem sobe de 13,5% para 14,1%. A diferença de 0,4% é explicada pelo aumento da parcela apropriada pelos 40% intermediários de 40,8% para 41,2%. Ou seja, a classe média no sentido estatístico - qual seja os que auferem a renda média (os 40% que percebem cerca de 40% da renda) – obtiveram também algum aumento de renda.

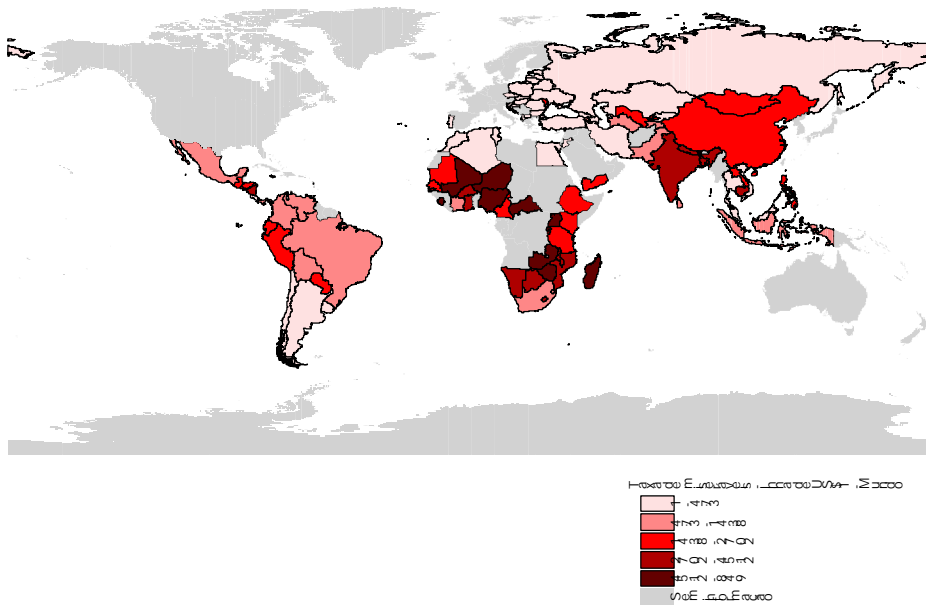
Além da linha adotada pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas optamos também por apresentar o monitoramento da chamada linha de adotada na primeira Meta do Milênio de redução da extrema pobreza a metade entre 1990 e 2015. O valor desta linha é de 1 U\$S dólar por dia ajustado por diferenças de custo de vida entre países e no interior do Brasil. Calculamos para a outra linha mencionada pela Metas do Milênio que corresponde ao dobro da primeira (2 U\$S dólar dia PPP).

Seguindo a linha de US\$1 a pobreza cairá a menos da metade entre 1993 e 2005, se a miséria cair 8% entre 2004 e 2005. Apesar de alguma desaceleração do crescimento do PIB e na geração de trabalho, a continuidade da expansão do Bolsa Família que cresce este ano 2,2 milhões, atingindo 8,7 milhões de famílias no final de 2005 (11,6 milhões no final de 2006)

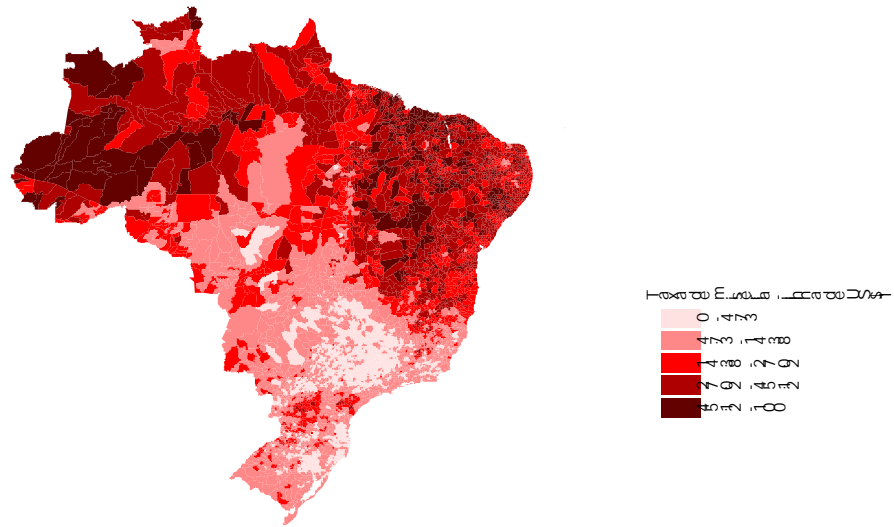
e, em particular, o ganho real de 9% do salário mínimo já ocorrido em 2005 levarão a uma redução de miséria superior àquela observada em 2004. As metas a meia vida da pobreza deveria ser de 25 anos mas no nosso caso será em menos de 12 anos, ou entre 15 e 16 anos, contados a partir do marco zero das metas em 1990.

Taxa de Miséria – Linha US\$ 1

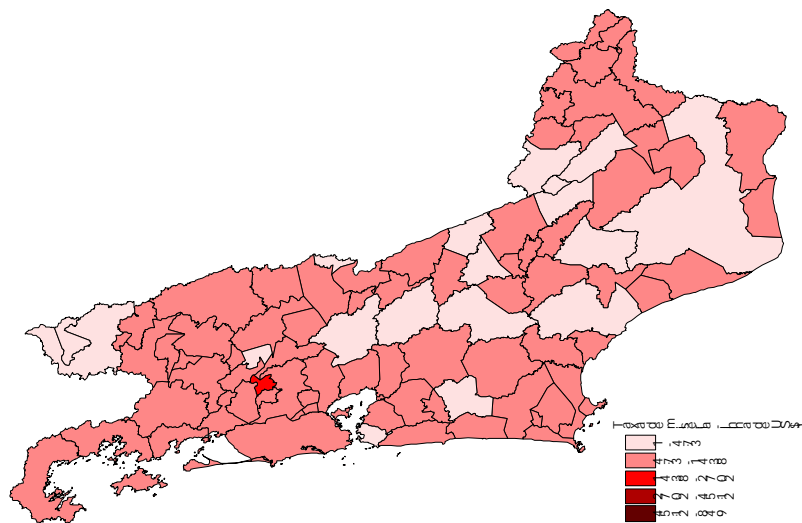
Mundo



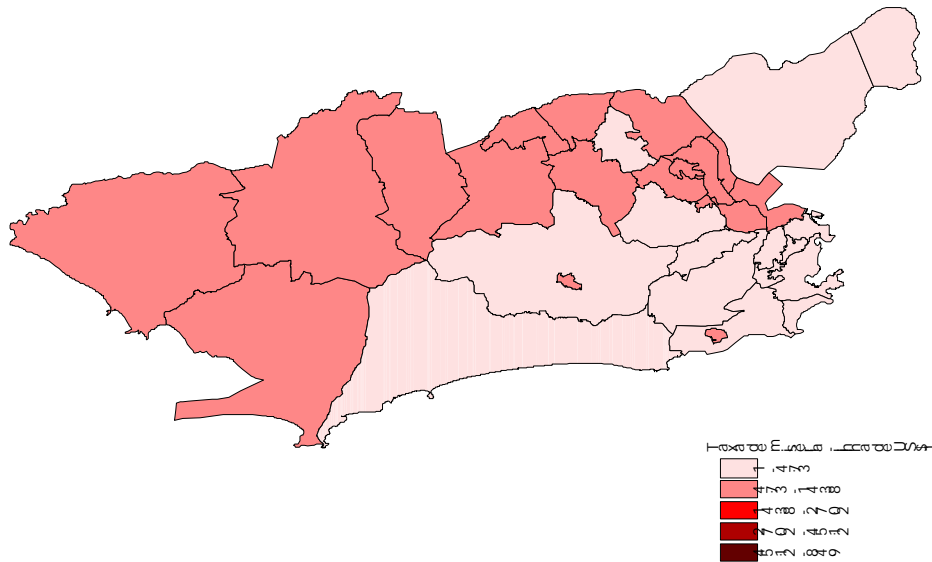
Brasil



Estado do Rio de Janeiro



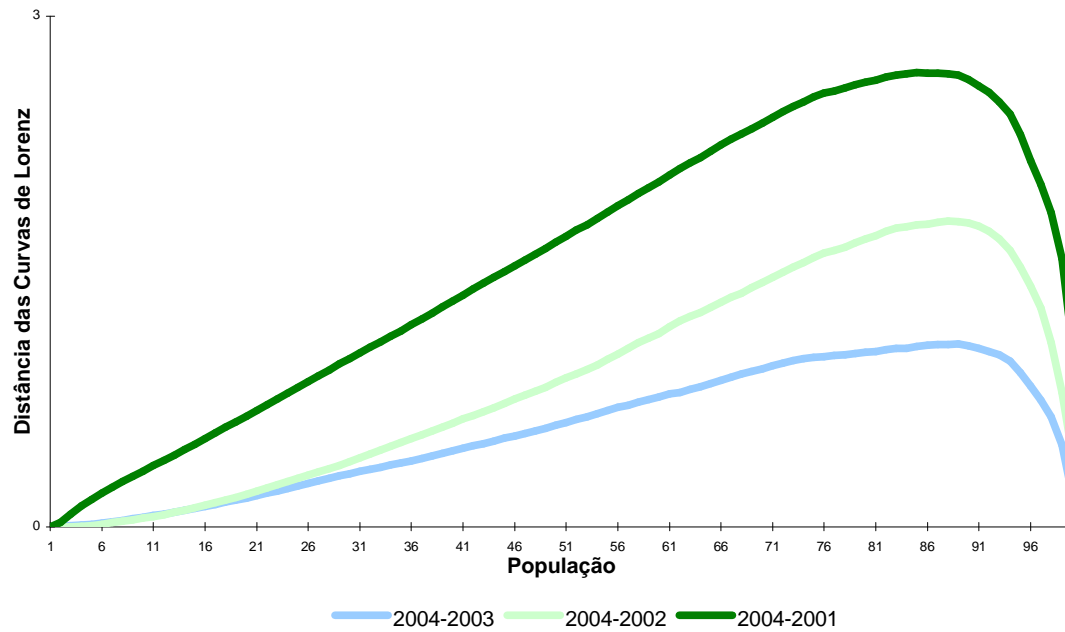
Município do Rio de Janeiro



Robustez

Cabe frisar a robustez dos resultados encontrados tanto no que tange as mudanças da miséria como da desigualdade. No que tange ao último aspecto, fizemos a comparação da parcela da renda acumulada por cada centésimo de distribuição, ilustra que o resultado é geral: a distribuição de renda per capita de 2004 é mais igualitária que a de 2003. Em outras palavras, a queda de desigualdade é válida para todos os indicadores de desigualdade razoáveis* utilizados. Este resultado é conhecido como dominância de Lorenz e é válido para todas as medidas que respeitam o princípio das transferências de Pigou-Dalton que nos diz que ao se transferir mais renda de uma pessoa com mais renda para uma pessoa com menos renda, sem inverter a posição relativa destes dois indivíduos no ranking, a medida de desigualdade deve cair. A distribuição de renda familiar per capita do trabalho de 2004 também (aqui incluindo os zeros) também domina no sentido de Lorenz a distribuição de 2003. Resultados qualitativamente similares são obtidos para a comparação de desigualdade de renda entre 2003 e 2001.

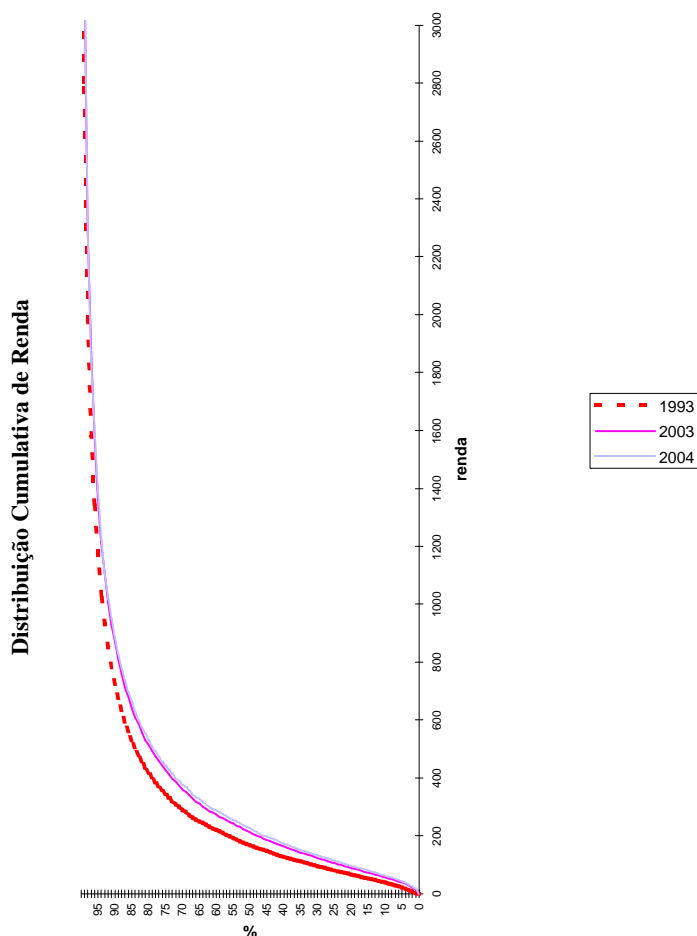
Distância das Curvas de Lorenz - Renda Domiciliar Per Capita



Fonte: CPS/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

As mudanças qualitativas citadas na pobreza e na desigualdade e são válidas para qualquer linha e indicadores utilizados na literatura

Apesar de estarmos usando uma linha específica de miséria e estarmos enfatizando as mudanças de um indicador específico a proporção dos pobres (P0), pois precisamos de um número de preferência simples para vocalizar os resultados, a redução de miséria ocorrida é resultado robusto para 2004. Isto quer dizer que para qualquer linha de pobreza e qualquer tipo de indicador de pobreza² utilizado. Pois a distribuição de 2004 domina a de 2003, vale lembrar que esta é dominada pela de 2002. Ou seja, podemos dizer de maneira geral – e não específica - que a pobreza aumentou em 2003, caiu em 2004 e no computo geral do biênio a miséria caiu no governo Lula³.



Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

² Por exemplo, toda a família de indicadores da família FGT tais como a proporção de pobres (P0), o Hiato de Pobreza (P1) e o Hiato Quadrático de Pobreza (P2). Cabe lembrar que nesta análise de dominância não estamos fazendo a deflação espacial, vide apêndice.

³ A mesma dominância de pobreza ocorre no período 2001 e 2002 e conseqüentemente no período 2001 a 2004. Os resultados da PNAD de 2002, receberam à época de sua divulgação em 2003 e depois, pou-

Seguindo a tradição da literatura de bem-estar social, como no caso de pobreza - enfatizamos neste trabalho o uso de medidas de média e de desigualdade baseados em renda domiciliar per capita por apresentar uma medida mais abrangente de desempenho social. A idéia é agregar a análise de elementos isolados relativos ao desemprego, informalidade, renda do trabalho, ao efeito de transferências realizadas pelo estado a título de pensões, aposentadorias e programas sociais e advindos da transferência de recursos privados entre pessoas físicas ou jurídicas, ou ainda entre a mesma pessoa ao longo do tempo. Em particular, acreditamos que a análise do rendimento de trabalho de pessoas ocupadas com rendimento que ficou constante entre 2003 e 2004 em R\$ 733, deixa de fora o ganho proporcionado pelo aumento de 2,7 milhões de postos de trabalho. Sem dúvida a passagem de uma situação de renda zero representa ganho de poder de compra que deve de alguma forma ser incorporada a análise.

Mesmo quando ampliamos o conceito para renda domiciliar total de todas as fontes de renda apenas dos domicílios com rendimento, incorremos num tipo de exclusão que preferimos evitar aqui. Quando trabalhamos com todos os domicílios inclusive os sem rendimento, incorporamos os mais pobres dos pobres, aqueles alijados da chamada economia monetária corrente. Como a parcela de domicílios caiu de 1,5% para 1,1% entre as duas últimas PNADs, esta queda de 27% da proporção sem rendimento, reforça o efeito aumento do bolo e redutor de desigualdade. No caso do índice de Gini quando incorporamos o efeito das rendas zero a queda de desigualdade de renda domiciliar total é amplificada de 1,8% para 2,1% - ou seja 16% maior⁴.

ca atenção. A queda da miséria e o aumento de emprego (postos de trabalho) gerados são algumas das conquistas observadas ao apagar das luzes do Governo Fernando Henrique.

⁴ Este cálculo é feito por intermédio do conceito do dual do indicador de desigualdade. Complementarmente, o computo de renda domiciliar per capita leva em conta o peso dado aos mais pobres que possuem famílias, em geral, maiores.

Dispositivos de Análise da Miséria

a) **Espelho da Miséria.** O Centro de Políticas Sociais da FGV disponibiliza no seu site, um software interativo e amigável chamado Espelho da Miséria, onde cada um pode inserir a combinação de dados de uma pessoa específica, como sexo, idade, raça, local de moradia entre outros e cenarizar como mudou no período 1993 a 2004 a probabilidade de estar ou não abaixo das linhas de miséria do CPS e das metas do milênio (US\$1 dia PPP). O site apresenta também simulador da renda domiciliar per capita seguindo o mesmo cenário.

b) **O Panorama da Miséria** mede a proporção de miseráveis usando as linhas das metas do milênio, levando em conta diferentes atributos relacionados aos chefes de domicílios, estes tomados um a um, tais como sexo, idade; posição na ocupação, conforme podemos ver a seguir.

Panorama da Miséria
Brasil

Ano 1993

Gerar Tabelas Limpar seleção Selecionar todas

Características Demográficas

População Total Sexo Faixa Etária
 Anos de Estudo Cor ou Raça Posição na Família

Características Sócio-Econômicas

Posição na Ocupação Tempo de Empresa Maternidade

Características Espaciais

Tipo de Cidade Local de Moradia Região Geográfica
 Estado Região Metropolitana

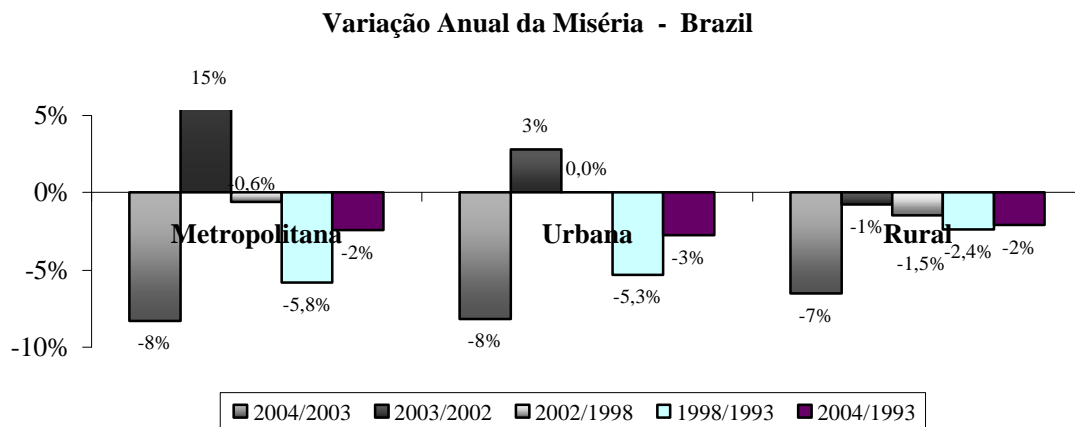
Gerar Tabelas Limpar seleção Selecionar todas

O objetivo principal da pesquisa é oferecer um banco de dados amigável sobre miséria e desigualdade e torná-lo disponível a cada um. Você está convidado a acessar esses e outros dispositivos a fim de desenvolver perspectiva própria acerca do tema através do nosso site www.fgv.br/cps.

Tendências Rurais, Urbanas e Metropolitanas

As metrópoles apresentaram maior decréscimo da miséria (de 19,14% para), o que pode ser explicado pela reversão da crise do mercado de trabalho com a geração de mais de 1,6 milhões de empregos formais no último ano. Por outro lado, nas áreas rurais notamos queda da pobreza (de 51% para 47,7%) que pode ser resultado de políticas públicas voltadas para o campo.

Olhando para o período 1993 a 2004 observamos queda sistemática da miséria nacional de 35,87 para 25,08. Esta queda é observada mesmo durante os períodos de crise externa e ajustes posteriores. Olhando os grandes números a miséria: i) caiu 31,4% no período 1993 a 2004, preferimos aqui trabalhar com a taxa média anual -2,9% superior ao ritmo requerido de meia vida da miséria de 25 anos que equivale a -2,7% ao ano). ii) -4,5% no período 1993 a 1998. iii) -1,8% no período 1998 a 2002, período marcado por crises externas e ajustes



Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

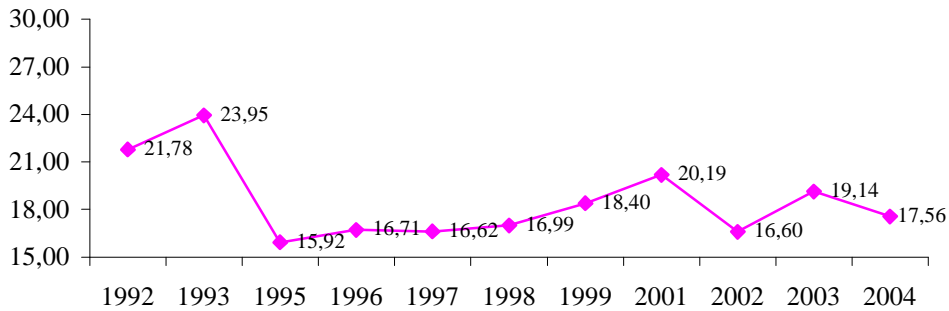
internos; iv) 3,9% em 2003 e v) -8% em 2004.

A miséria nas grandes metrópoles após forte queda no período de Lua de Mel com o plano Real, tem apresentado ano a ano aumento desde 1995, tendência esta interrompida em 2002 e 2004. A miséria rural cai sistematicamente em todos os anos da série inclusive em período-

dos de seca do Nordeste como 1998 e 2001. A miséria urbana, por sua vez apresenta uma trajetória similar àquela observada em nível nacional.

Se olharmos para intervalos mais longos a miséria na área metropolitana no período 1992 a 2003 a miséria metropolitana apresenta uma taxa de decréscimo de 12%. O menor entre todos os tamanhos de cidade. Função da maior redução de miséria no período 1992 a 1996 (23%) já que a miséria subiu 15% após 1996.

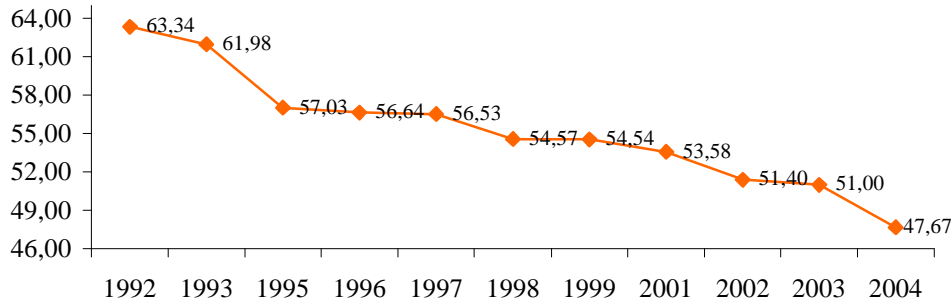
**Miséria Metropolitana - %
Brasil**



Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

As áreas rurais foram as menos beneficiadas na conjuntura expansiva 1992 a 1996 caindo 11%. Já no período posterior (1996-2003) as áreas rurais apresentam o melhor desempenho entre todos os tipos de regiões caindo 10%.

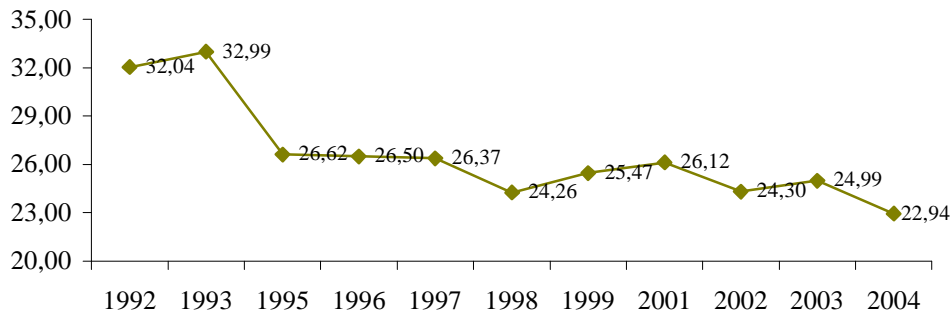
Miséria Rural - % Brasil



Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

A miséria urbana, por sua vez apresenta uma trajetória similar àquela observada em nível nacional sendo a mais estável entre todos os períodos de análise. No computo geral, fruto da expansão das cidades médias a miséria urbana cai cerca de 22% durante o período 1992 a 2003.

Miséria Urbana - % Brasil



Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

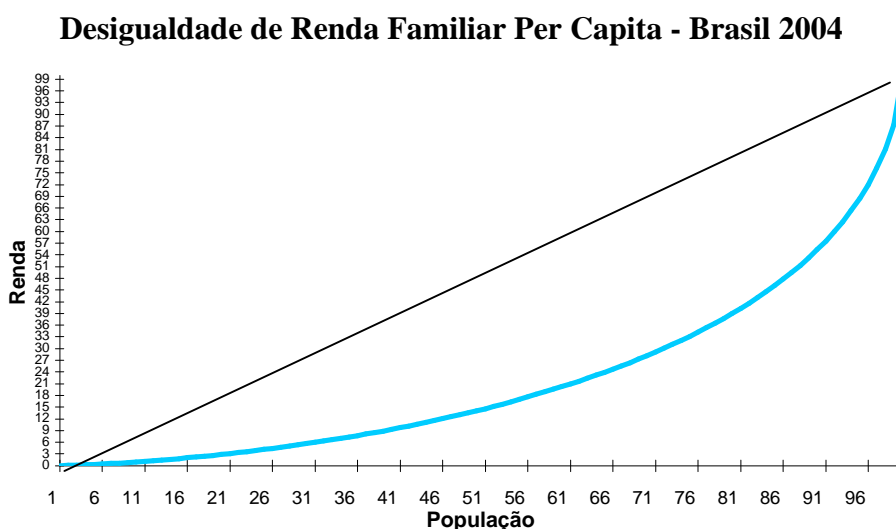
Cenários para 2005 e depois

Reduzir a desigualdade num contexto de crescimento econômico parece mais factível do que em períodos de recessão, quando perdas estavam sendo repartidas.

A desigualdade de renda brasileira está entre as maiores do mundo. Tomemos a medida de desigualdade mais usual entre os analistas: o índice de Gini, que varia entre zero e um.

Quanto maior o resultado, mais desigual é a sociedade. Numa situação utópica, onde a renda de todos fosse exatamente igual, o índice de Gini seria zero. No extremo oposto, se um único indivíduo concentrasse toda a renda da sociedade, ou seja, todos os demais teriam renda zero, o índice de Gini seria um. Para entender a inaceitável extensão do 0,573 correspondente ao nosso Gini não precisa ser gênio: estamos mais próximos da perfeita iniquidade do que da perfeita igualdade.

Apresentamos abaixo a curva de Lorenz Brasileira em 2004. O grau de desigualdade pode ser captado pelo tamanho da barriga da Curva de Lorenz, isto é, a área entre a curva e a reta de 45 graus. O índice de Gini capta o que corresponde graficamente à razão entre a



Fonte: CPS/Ibre/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

barriga da curva de Lorenz e a área do triângulo inferior do gráfico

Senão vejamos: se a sociedade fosse totalmente igualitária, isto é, ordenando dos mais pobres para os mais ricos a participação acumulada dos indivíduos na população crescesse *pari-passu* com a participação das suas respectivas rendas no total, estaríamos exatamente sobre a reta de 45 graus. Neste caso a medida desigualdade conforme o índice de Gini seria zero. No outro caso polar, de uma sociedade totalmente desigual, onde apenas um indivíduo detém toda renda da economia (e os demais possuem renda zero) estaríamos caminhando

sobre as laterais do triângulo da curva de Lorenz,. Neste caso o índice de Gini seria unitário.

Se, por um lado, a alta desigualdade é a nossa principal chaga, esta mesma desigualdade abre espaço para implementação de um espectro mais amplo de ações contra a miséria. Alta desigualdade significa que a pobreza pode ser reduzida através de transferências de renda. Por exemplo, na Índia, país muito pobre mas razoavelmente igualitário (Gini de 0,29) não existe solução para a erradicação da miséria que não seja o crescimento. No caso brasileiro políticas contra a desigualdade constituem um importante aliado na redução da pobreza. Vejamos alguns cenários.

A proporção de miseráveis no Brasil (indivíduos que vivem com menos de R\$115 por mês a preços da Grande São Paulo em Outubro de 2004, quantia necessária para suprir as suas necessidades alimentares básicas) cairá dos 25,08% de 2004 para 24,29% em 2004, uma queda de 3,17%, se a renda *per capita* nacional crescer 3% ao ano o que corresponde ao ritmo de crescimento atual do PIB entre 4.5% e 5% ao ano. Se o crescimento per capita de 2,9% ao ano se mantiver por quatro anos consecutivos a miséria cairia para 21,81%, uma queda de 13,03%. Isso significa que milhões de brasileiros atravessarão a linha da miséria neste ano, se o país transformar a sua atual trajetória de expansão num processo de crescimento sustentado que não se vê no país desde a época do chamado milagre econômico. Mas o verdadeiro milagre social aconteceria se todo esse crescimento viesse de mãos dadas com alguma redução da desigualdade.

Podemos pensar em cenários de redução de desigualdade mais auspiciosos como a convergência da desigualdade brasileira para o nível observado no Rio Grande do Sul apresentado abaixo. A causa fundamental da miséria brasileira é a má distribuição de renda e aí reside a sua solução. Reduzir a desigualdade num contexto de *boom* econômico como agora se apresenta parece mais factível do que em épocas recessivas quando perdas estão sendo repartidas. A adoção de metas sociais ajudaria no combate à miséria. Neste caso é fundamental o monitoramento freqüente, de forma a auferir o cumprimento dos compromissos sociais.

ANEXO:

Cenários Prospectivos de Miséria

	Renda Domiciliar Per Capita	% Miseráveis	Variação	P1 (%)	Variação	P2 (%)	Variação
Brasil 2004	413,86	25,08		10,00		5,50	
Efeito Crescimento de							
1%	417,95	24,82	-1,06%	9,85	-1,49%	5,41	-1,61%
2%	422,05	24,50	-2,31%	9,71	-2,94%	5,32	-3,18%
3%	426,15	24,29	-3,17%	9,56	-4,37%	5,24	-4,71%
4%	430,25	23,78	-5,21%	9,42	-5,77%	5,15	-6,21%
5%	434,34	23,59	-5,97%	9,29	-7,13%	5,07	-7,68%
6%	438,44	23,25	-7,29%	9,15	-8,47%	5,00	-9,11%
7%	442,54	23,04	-8,16%	9,02	-9,78%	4,92	-10,51%
8%	446,64	22,79	-9,15%	8,89	-11,07%	4,84	-11,89%
9%	450,73	22,49	-10,34%	8,77	-12,34%	4,77	-13,23%
10%	454,83	22,24	-11,35%	8,64	-13,58%	4,70	-14,54%
11%	458,93	21,99	-12,34%	8,52	-14,79%	4,63	-15,82%
12%	463,03	21,81	-13,03%	8,40	-15,99%	4,56	-17,07%
13%	467,12	21,58	-13,98%	8,28	-17,17%	4,49	-18,30%
14%	471,22	21,35	-14,87%	8,17	-18,33%	4,42	-19,50%
15%	475,32	20,89	-16,70%	8,05	-19,46%	4,36	-20,68%
16%	479,42	20,66	-17,64%	7,94	-20,55%	4,30	-21,83%
17%	483,51	20,48	-18,35%	7,84	-21,64%	4,24	-22,95%
18%	487,61	20,11	-19,81%	7,73	-22,70%	4,17	-24,05%
19%	491,71	19,91	-20,63%	7,63	-23,74%	4,12	-25,13%
20%	495,81	19,59	-21,89%	7,53	-24,75%	4,06	-26,19%
21%	499,90	19,43	-22,53%	7,43	-25,74%	4,00	-27,22%
22%	0,00	0,00	-100,00%	0,00	-100,00%	0,00	-100,00%

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

Cenários Prospectivos de Miséria

Renda Domiciliar Per Capita	% Miseráveis	Variação	P1 (%)	Variação	P2 (%)	Variação
Brasil 2003						
413,86	25,08		10,00		5,50	
Efeito Desigualdade (RS)*						
379,78	20,98	-16,36%	8,01	-19,91%	4,37	-20,49%
Efeito Desigualdade (RS)* com Crescimento de						
1%	19,64	-21,71%	7,51	-24,90%	4,09	-25,53%
2%	19,48	-22,33%	7,39	-26,06%	4,03	-26,71%
3%	18,82	-24,98%	7,28	-27,18%	3,97	-27,86%
4%	18,61	-25,80%	7,17	-28,26%	3,90	-28,99%
5%	18,47	-26,38%	7,07	-29,32%	3,84	-30,09%
6%	18,25	-27,25%	6,96	-30,36%	3,78	-31,16%
7%	18,07	-27,98%	6,86	-31,39%	3,73	-32,21%
8%	17,80	-29,02%	6,76	-32,40%	3,67	-33,23%
9%	17,61	-29,80%	6,66	-33,39%	3,61	-34,23%
10%	17,36	-30,80%	6,56	-34,35%	3,56	-35,21%
11%	17,20	-31,43%	6,47	-35,30%	3,51	-36,17%
12%	16,68	-33,50%	6,38	-36,24%	3,46	-37,10%
13%	16,64	-33,68%	6,29	-37,14%	3,41	-38,02%
14%	16,52	-34,14%	6,20	-38,02%	3,36	-38,91%
15%	16,44	-34,44%	6,11	-38,90%	3,31	-39,78%
16%	16,12	-35,72%	6,02	-39,76%	3,26	-40,64%
17%	15,87	-36,71%	5,94	-40,60%	3,22	-41,47%
18%	15,68	-37,48%	5,86	-41,42%	3,17	-42,29%
19%	15,43	-38,49%	5,78	-42,22%	3,13	-43,09%

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

* Trocamos a desigualdade do Brasil pela desigualdade do Rio do Rio Grande do Sul (O gini cai de 0.573 para 0.535)

A desigualdade desencalhou

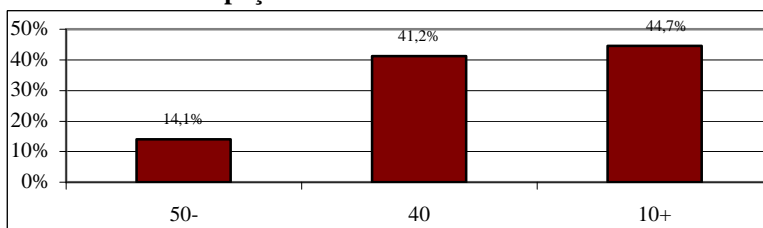
Se tamanho e inércia na promoção de reformas, valeram ao Brasil o apelido de país-baleia, no campo da desigualdade seríamos até agora uma baleia-encalhada.

A lentidão na implementação de reformas econômicas valeu ao Brasil o apelido de país-baleia, em contraposição à agilidade institucional dos chamados tigres asiáticos. Se pelo tamanho e inércia o Brasil pode ser comparado a uma baleia, no campo da desigualdade social o Brasil seria uma baleia encalhada. A nossa desigualdade de renda tem se mantido alta e estagnada, desde 1970, logo depois de incremento observado nos anos 60⁵. No intervalo compreendido entre os Censos de 1970 a 2000, as medidas estatísticas sociais publicadas nos colocam no pódio mundial da desigualdade. Por outro lado, as últimas edições da PNAD do IBGE apontam uma redução da desigualdade. Será que a internacionalmente famosa iniquidade inercial brasileira está finalmente cedendo? No ano passado escrevemos um artigo com o nome “A desigualdade desencalhou?”, escrevemos agora uma seção quase homônima - tirando apenas a interrogação – onde atualizamos os dados para a última PNAD disponível e traçamos algumas conjecturas sobre as possíveis razões para redução da desigualdade.

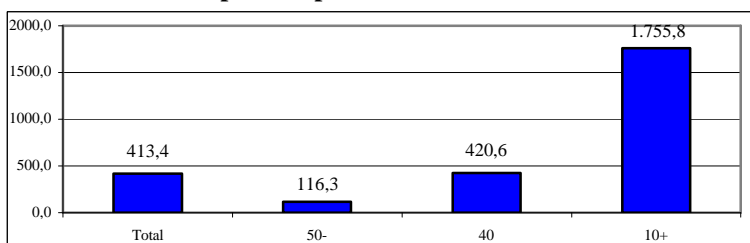
Começamos com um retrato da população brasileira, segmentado em três estratos de renda *per capita*: em 1990, o décimo mais rico se apropriava de quase metade da renda em 1990 (mais precisamente, 48%); a metade mais pobre que se apropriava de pouco mais de um décimo da renda nacional (11,4%); e os 40% intermediários cuja parcela na população e na renda praticamente coincide (40,5%), uma espécie de classe média no sentido estatístico.

⁵ Carlos Langoni explica a alta da desigualdade brasileira observada nos anos 60 através da interação entre a baixa oferta de mão de obra qualificada aliada ao aumento na sua demanda impulsionada pelo crescimento ao ritmo do milagre econômico brasileiro. Isto continua atual. Como vimos, de acordo, com as últimas três edições da Pesquisa Anual de Amostras a Domicílio (PNAD) do IBGE, a desigualdade brasileira começa a dar sinais de queda. O fenômeno parece voltar a manifestar-se; a expansão do sistema educacional ocorrida na última década aliado ao baixo crescimento da economia ao ritmo das chamadas décadas perdidas reflete hoje a imagem invertida no espelho da história contada por Carlos Langoni.

Participação na Renda Total 2004 - Brasil



Nível por Grupos de Renda 2004 - Brasil

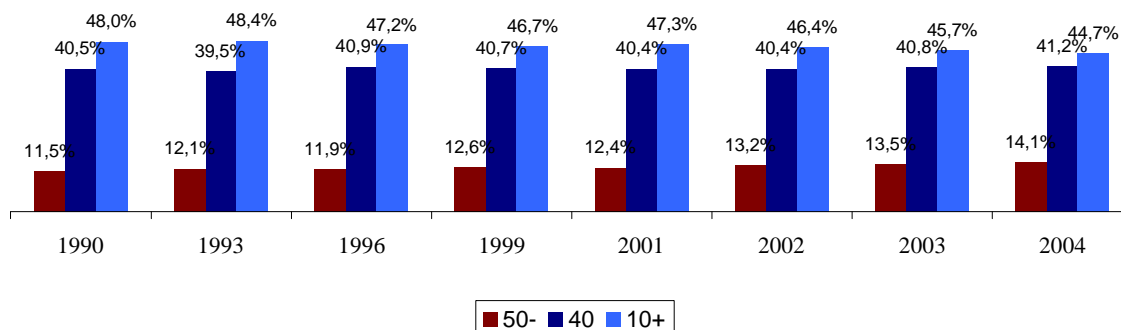


Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

Se olharmos as flutuações recentes dessas fatias no bolo distributivo, verificamos que o período de lua-de-mel com a estabilidade (1994-96) e o de crises externas (1997-2001) apresentam, tanto para o bem como para o mal mudanças relativas pouco pronunciadas. Já no último período (2001-2004) observamos um movimento mais consistente de redução da desigualdade, senão vejamos. Começando pelo topo da distribuição: a parcela dos 1% mais ricos cai de 13,7% para 12,6%, dado inédito nos últimos anos. A parcela apropriada pelos 5% mais ricos cai neste período de 33,7% para 31,6%. Já a fatia dos 10% mais ricos cai de 47,3% para 44,7% como podemos ver no gráfico 1.

Gráfico

Distribuição de Renda



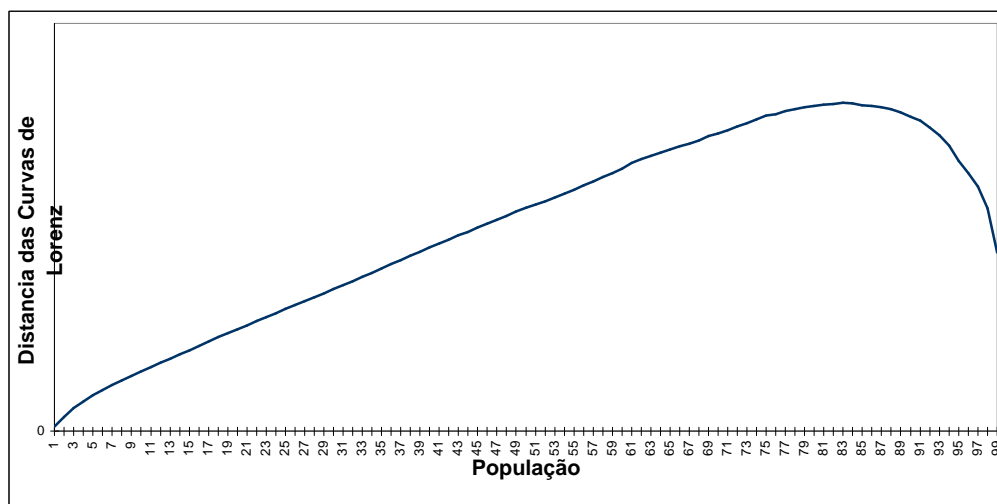
Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

Se os ricos perderam fatia no bolo, quem ganhou? os 40% intermediários passaram de uma parcela de 40,4% para 41,2%. Na base da distribuição, a parcela dos 50% mais pobres sobe de 12,4% para 14,1%. Vale a pena verificar a robustez dessa queda da desigualdade, será que ela é válida para um conjunto mais amplo de indicadores? A comparação da parcela da renda acumulada por cada centésimo de distribuição, ilustra que o resultado é geral: a distribuição de renda per capita de 2003 é mais igualitária que a de 2001.

Este resultado é conhecido como dominância de Lorenz e é válido para todas as medidas que respeitam o princípio de Pigou-Dalton de que ao se transferir mais renda de uma pessoa com mais renda para uma pessoa com menos renda, sem inverter a posição relativa destes dois indivíduos no ranking, a medida de desigualdade deve cair. No gráfico 2 é possível ver a distância das curvas de Lorenz 2003 e 2001 medidas através da renda familiar per capita. A distribuição de renda individual do trabalho de 2003 também domina no sentido de Lorenz a distribuição de 2001. Ou seja, a redução da desigualdade observada pode ser considerada um resultado robusto para medidas razoáveis de desigualdade e conceitos usuais de renda. Segue na tabela 1, a razão entre as rendas apropriadas pelos 10% mais ricos em relação aos 20% e 50% mais pobres, nos dois períodos.

Gráfico 2

Distancia das Curvas de Lorenz 2003 e 2001 - Renda Familiar Per Capita



Fonte: CPS/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

Tabela 1

Razão entre as Rendas Domiciliares Per Capita

	2001	2003	2004
Renda Familiar Per Capita			
10% mais ricos / 20% mais pobres	41,09	32,32	29,53
10% mais ricos / 50% mais pobres	18,21	16,16	15,09

Fonte: CPS/Ibre/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

Os números da miséria

O cálculo de conceitos como fome, indigência e pobreza, como toda literatura de bem-estar social, depende de julgamentos de valor implícitos na escolha metodológica adotada. O número de miseráveis brasileiros não é uma constante da natureza a ser decifrada como, por exemplo, o número π . É um valor ético e ponto.

Na verdade, cada brasileiro tem uma linha de miséria na cabeça. A pesquisa de padrões de vida (PPV) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quis saber da linha subjetiva de cada um: considerando a sua família, qual seria a menor renda mensal necessária para cobrir gastos com alimentação? A média das respostas foi a valores de hoje de R\$ 153,00/mês, por membro da família. As respostas espontâneas, dadas por milhares de brasileiros e processadas com a excelência de sempre pelo IBGE, devem ser respeitadas.

Já a pesquisa de orçamentos familiares (POF) do IBGE revela que 46,6% da população consideram a quantidade de alimentos consumida por sua respectiva família nem sempre suficiente para satisfazer necessidades básicas. Nas áreas rurais esse número é de 56,9% e no Nordeste, de 60,8%. Esses valores são dez vezes maiores que as estimativas de subnutrição baseadas em medições diretas de índices de massa corporal da população adulta, recém-lançada da mesma pesquisa. A existência de diferentes perspectivas sobre necessidades alimentares revela a complexidade do tema, mas a percepção da maioria dos brasileiros está próxima da manifestada por Lula em diversas ocasiões.

O texto da primeira das Metas do Milênio, que fala de reduzir a miséria pela metade de 1990 até 2015, refere-se tanto a extrema pobreza baseada em renda como a fome, mas o caráter episódico da POF limitaria o monitoramento periódico de metas sociais de desnutrição. A importância da transparência das informações fornecidas pelo IBGE não deve ser subestimada. Da mesma forma que se defende a independência operacional do Banco Central, com mandatos fixos para seus dirigentes, deveríamos ter cuidados institucionais similares com o IBGE. Um sistema de metas sociais é para ser levado tão a sério quanto o de metas inflacionárias.

Mesmo que os níveis dos vários tipos de indicadores sejam muito diferentes, o fundamental é a sua consistente comparação ao longo do tempo. Os índices de miséria enquanto insuficiência de renda, elaborados pelo Centro de Políticas Sociais (CPS/IBRE/FGV),

com base no censo demográfico do IBGE, apontam queda de 45,3% na taxa de miséria entre 1970 e 2000. A queda é similar à observada no nível dos índices de desnutrição entre 1974 e 2003. Em outras palavras, a meia-vida da miséria brasileira foi de cerca de 30 anos. Esse dado é relevante em face da primeira das Metas do Milênio.

Por uma linha oficial de miséria

"A adoção de uma linha de miséria oficial é a primeira meta a ser atingida, se queremos metas de redução de miséria."

Apesar da subjetividade envolvida, o Estado brasileiro deve de uma vez por todas arbitrar uma linha oficial de miséria a fim de propiciar um debate mais bem informado sobre a evolução da miséria ao longo de tempo. Os EUA adotaram a sua, em meados dos anos 1960. A Índia e a Irlanda também já o fizeram com avanços sociais. A adoção de uma linha oficial é a primeira meta a ser atingida se quisermos adotar metas de redução de miséria ao longo do tempo. O essencial é adotar-se uma linha, independentemente do valor arbitrado. O país vem discutindo há muitos anos a adoção de linhas oficiais de miséria. Debatermos a exaustão quantos são os miseráveis, tirando o foco do mais importante: qual o desenho de política social mais adequado.

Uma linha oficial mais interessante é a que está acima de idiosincrasias locais. Poderia ser a linha de US\$ 1 PPPⁱ por pessoa-dia das Metas do Milênio, já comprometidas e cumpridas pelo país. Pode-se ir além disso. Ou podem ser linhas calculadas a partir de cestas de consumo internacionais, não importa. Linhas internacionais facilitam a coordenação de ações entre diferentes níveis de governo, de partidos diferentes e serão mais robustas quando das mudanças de governo.

Além do arbítrio da linha de miséria — a fronteira imaginária entre o lado belga e o indiano da nossa “Belíndia” —, temos outros elementos subjetivos — e arbitrários — envolvidos no processo de agregação dos miseráveis calculados a partir de uma determinada linha. A maior parte das análises e as próprias metas do milênio usam a proporção de miseráveis abaixo da linha arbitrada indicador denominado de P^0 . Já o indicador conhecido como P^2 eleva ao quadrado a insuficiência de renda dos pobres, priorizando as ações públicas aos mais desprovidos. Se a meta fixada fosse a redução da proporção dos pobres (P^0) existi-

riam incentivos espúrios para a adoção de políticas focadas no segmento logo abaixo da linha de pobreza e não nos mais miseráveis. Ou seja, recursos migrariam para as pessoas pularem a linha de miséria traçada. No nosso exemplo, não dar, em primeiro lugar, a quem tem zero, mas a quem tem renda de 99 centavos de dólar, um centavo. Uma espécie de promoção voltada aos menos miseráveis dos miseráveis. Além dessa inversão de prioridades, o foco das políticas redistributivas seria bastante sensível à escolha arbitrária da linha de miséria.

No caso do P^2 , independentemente da linha de miséria— pode ser o valor do contracheque do Ronaldinho Gaúcho —, a prioridade é sempre voltada aos de menor renda. A adoção do P^2 corresponde à instituição de ascensor social que partiria da renda zero. A meta de redução do P^2 , ao conferir prioridade máxima às ações voltadas para os mais carentes, é mais eficiente em termos fiscais. Apesar da complexidade associada a esse indicador, o seu corolário imediato "primeiro os mais pobres" parece adequado. Além disso, a ordem da fila de programas sociais fornecida pelo indicador é à prova das linhas arbitradas. O ataque à ignorância exige inteligência. Os pobres merecem algo mais do que políticas pobres. Não basta contar miseráveis, mas os mais miseráveis deveriam contar mais na consecução das metas sociais.

BOX

A miséria dos númerosⁱⁱ

Segundo a POF do IBGE, “a frequência do excesso de peso na população supera em oito vezes o déficit de peso entre as mulheres e em 15 vezes o da população masculina. Num universo de 95,5 milhões de pessoas de 20 anos ou mais de idade, há 3,8 milhões de pessoas (4,0%) com déficit e 38,8 milhões (40,6%) com excesso de peso, das quais 10,5 milhões são consideradas obesas”. Sessenta e seis por cento das famílias entrevistadas atestam que o rendimento familiar é o principal motivo para as pessoas não se alimentarem como querem. De olho no tipo de alimento consumido, apenas 26% das famílias brasileiras se alimentam sempre com a qualidade desejada.

A redução da miséria constatada entre os levantamentos de 1974 e de 2003 não parece ter conseguido acompanhar o ritmo das inovações observadas no desejo de consumo em geral e dos alimentos em particular. Num mundo globalizado, os Silva e seus vizinhos

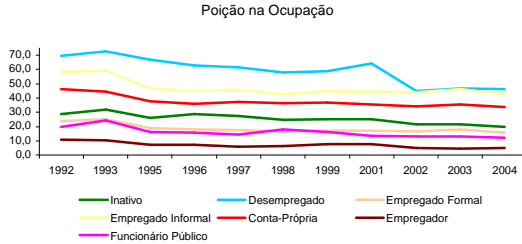
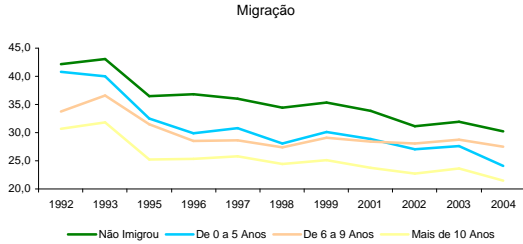
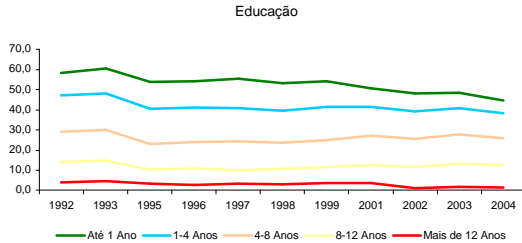
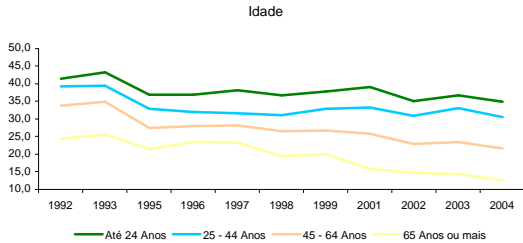
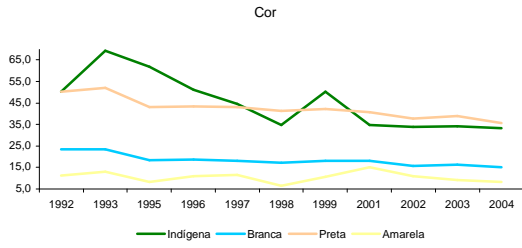
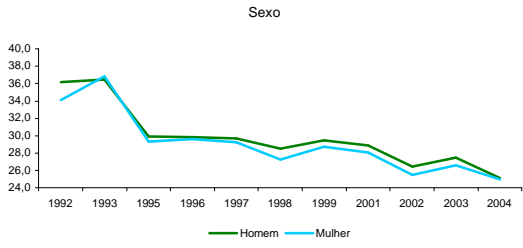
brasileiros se sentem compelidos a acompanhar os hábitos mutantes dos Jones e seus vizinhos norte-americanos. A sensação de frustração consumista ocorreria mais por não possuímos o que desejaríamos ter do que por perder o que já possuíamos. O crescente problema de obesidade observado nos contextos norte-americano e agora no brasileiro aponta para essa inflação na quantidade e deflação na qualidade dos hábitos alimentares. Como as necessidades percebidas são diferenciadas, a linha de miséria tende a crescer com o nível de riqueza PPP das nações, como testou Martin Ravallion para 36 países, complicando análises baseadas em dados nutricionais e econômicos.

As diferenças de medidas de miséria enquanto insuficiência de renda são encontradas mesmo quando comparamos o mesmo indicador calculado pelos mesmos pesquisadores com a mesma linha usando diferentes hipóteses operacionais. Miguel Székely calcula proporções de pobres na América Latina variando de 12,7% até 65,8%, dependendo de hipóteses acerca de economias de escala e diferentes tratamentos dados a rendas faltantes e sub-reportadas. No caso brasileiro, dada a excelência do trabalho realizado pelo IBGE, apenas 2,75% da renda do trabalho não são relatados. Curiosamente, verificamos que as rendas não respondidas são mais frequentes no grupo com sinais de riqueza aparente: 3,4% daqueles com três ou mais automóveis não reportam sua renda do trabalho. Quadro semelhante é visto para outras rendas do gráfico 1, ou no contraste de localidades vizinhas com condições de vida diferentes: 4,5% dos moradores da Rocinha omitiram suas rendas do trabalho contra 8,9% da população da Lagoa. Em outras palavras, talvez por temores fiscais, os menos pobres têm “mais vergonha” de sua riqueza. Nesse sentido, a desigualdade de renda brasileira estaria subestimada nas estatísticas oficiais.

No gráfico 2 — das distribuições cumulativas de renda para 1993, 2003 e 2004 — como a primeira distribuição está sempre por cima da segunda e esta a terceira em todo o domínio da função, a conclusão de que a miséria enquanto insuficiência de renda caiu é robusta para qualquer linha de pobreza e qualquer tipo de indicador de pobreza utilizado (ex: P^0 ou P^2). Ou seja, a ocorrência da queda da miséria do período 1993 a 2003 e a do período 2003 a 2004 não seriam do tipo “assim é, se lhe parece”ⁱⁱⁱ.

Os pobres merecem algo mais do que políticas pobres. Não basta contar miseráveis, mas os mais miseráveis deveriam contar mais na consecução das metas sociais

Evolução da Miséria - Linha FGV



Mapa do Fim da Fome II

O *Mapa do fim da fome II*, elaborado em parceria com a Ação da Cidadania sob os auspícios do Sesc-RJ e o Banco Rio de Alimentos, é um banco de dados georeferenciado permitindo a localização física dentro de estados e municípios das áreas sujeitas às condições sociais mais adversas. Contém um amplo conjunto de informações sobre riquezas e carências das localidades. Estas informações podem ser estendidas em diversas direções desejadas e são passíveis de serem levantadas em qualquer estado ou município brasileiro, constituindo num poderoso instrumento para que a sociedade e governos possam elaborar programas focados de desenvolvimento social (vide o site www.fgv.br/cps)

O *Mapa do fim da fome II* possui duas edições, sendo uma para o Rio de Janeiro e outra para Pernambuco. No Rio a renda da Lagoa é a mais alta do município. O município de São Francisco de Itabapoana é o mais pobre do estado, onde 43,8% da população é miserável. Niterói, com 11,07% de miseráveis é a cidade que tem o melhor desempenho no estado. A cidade do Rio apresenta 14,57% da população vivendo na miséria.

Em Pernambuco a renda da área de Boa viagem é a mais alta do município de Recife e que 53% da população pernambucana vivem em situação de miséria. O município de Manari é um dos mais pobres do Brasil, com 90% de miseráveis; Fernando de Noronha, com 5% de miseráveis e com maior renda do estado (R\$1.027,00), aparece como o paraíso dos indicadores sociais de Pernambuco.

Ela ainda permite analisar, por exemplo, os municípios de Pernambuco que foram objeto de ações realizadas pelos sem-terra em torno de abril de 2004, época do lançamento do estudo, assim como um comparativo entre a favela da Rocinha, onde também em abril ocorreu uma invasão de traficantes rivais, e outras regiões da cidade do Rio de Janeiro.

ⁱ PPP significa ajuste por Paridade do Poder de Compra a fim de levar em conta diferenças de custo de vida entre países e no caso traduzido em reais.

ⁱⁱ Karl Marx, em *A miséria da filosofia*, contestou Proudhon, autor de *A filosofia da miséria*.

ⁱⁱⁱ Título da peça do dramaturgo italiano Luigi Pirandello.